



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR WILLIAN AFONSO PESSOA

PARECER N. : 0103/2023-GPWAP

PROCESSO N. : 01784/2023

ASSUNTO : APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

**ORIGEM : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – IPERON**

INTERESSADO : FRANCISCO PEREIRA DA SILVA

RELATOR : CONSELHEIRO SUBSTITUTO OMAR PIRES DIAS

Tratam os autos de aposentadoria voluntária concedida ao Senhor **Francisco Pereira da Silva**, no cargo de Auxiliar Operacional, por meio do Ato Concessório nº 1303, assinado em **15.10.2019**¹ (pág. 1 do ID 1415002), que ratificou a Portaria Presidência nº 1590/2017, lavrada em **20.12.2017**² (pág. 3 do ID 1415002).

Ressalta-se que a inativação, com proventos integrais e paritários, fundamentou-se no "artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e Lei Complementar nº 432/2008".

¹ Publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 203, de **30.10.2019** (pág. 2 do ID 1415002).

² Publicada no Diário da Justiça nº 236, de **22.12.2017** (pág. 3 do ID 1415002)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR WILLIAN AFONSO PESSOA

A Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal (CECEX 4), em relato inicial (ID 1483462), concluiu pela regularidade e conseqüente registro do ato concessório de aposentadoria em exame.

Após, vieram os autos para manifestação deste órgão ministerial.

É o breve relatório.

Por introito, necessário se faz aduzir que o senhor **Francisco Pereira da Silva** foi inicialmente contratado, em **14.07.1987**, sob o regime celetista, para exercer o cargo de agente de segurança, sem a realização de concurso público.

Posteriormente, conforme é possível extrair do calhamaço processual, houve a migração do vínculo do então servidor para o regime estatutário de cunho efetivo, com a conseqüente inserção no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Diante do contexto narrado, levando-se em conta as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema "transmutação de regime", exsurge a imperiosidade de análise pormenorizada do caso em tela, medida que, por fins didáticos e de melhor entendimento, será efetivada em tópicos.

I – Da admissão e histórico funcional do inativo

Nos termos expostos alhures, o senhor **Francisco Pereira da Silva** ingressou no TJ/RO, em



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR WILLIAN AFONSO PESSOA

14.07.1987, no cargo de **agente de segurança**, sem a realização de concurso público e com vínculo celetista.

Paulatinamente, ocorreram diversas alterações funcionais, conforme se destaca a seguir:

- Enquadramento, em 01.07.1990, no cargo de **agente de segurança**, padrão 06, conforme Portaria nº 1320/1990, de 12.12.1990;
- Enquadramento, em 01.02.1994, no cargo de **auxiliar operacional, especialidade agente de segurança**, classe A, padrão 03, conforme Resolução nº 005/1994 e Portaria nº 165, de 24.02.1994;
- Enquadramento, em 01.08.2010, no cargo de **auxiliar operacional, especialidade agente de segurança**, classe A, padrão 19, por força da Portaria nº 1113/2010-PR;
- Progressão registrada, em 20.10.2017, no cargo de **auxiliar operacional, especialidade agente de segurança**, padrão 29, sob o regime estatutário, conforme Progressão 26.

Por fim, tem-se que o servidor se aposentou, em **22.12.2017**, no cargo de auxiliar operacional, especialidade agente de segurança.

II – Do entendimento jurisprudencial acerca dos servidores que ingressaram na Administração Pública sem a realização de concurso



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR WILLIAN AFONSO PESSOA

A possibilidade de vinculação do aposentado ao RPPS, levando-se em conta sua forma de ingresso no serviço público, é tema controvertido e amplamente debatido em diversos entes federativos.

A propósito, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876-Distrito Federal (ADI nº 4.876/DF), analisando norma estadual que tornou efetivos servidores que ingressaram na Administração Pública sem concurso público, decidiu:

“Ação direta de inconstitucionalidade. Artigo 7º da Lei Complementar nº 100/2007 do Estado de Minas Gerais. Norma que tornou titulares de cargos efetivos servidores que ingressaram na administração pública sem concurso público, englobando servidores admitidos antes e depois da Constituição de 1988. Ofensa ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal, e ao art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Modulação dos efeitos. Procedência parcial.

1. Desde a Constituição de 1988, por força do seu art. 37, inciso II, a investidura em cargo ou emprego público depende da prévia aprovação em concurso público. As exceções a essa regra estão taxativamente previstas na Constituição. Tratando-se, no entanto, de cargo efetivo, a aprovação em concurso público se impõe.

2. O art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias tornou estáveis os servidores que estavam em exercício há pelo menos cinco anos na data da promulgação da Constituição de 1988. A estabilidade conferida por essa norma não implica a chamada efetividade, que depende de concurso público, nem com ela se confunde. Tal dispositivo é de observância obrigatória pelos estados. Precedentes: ADI nº 289/CE, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, Tribunal Pleno, DJ de 16/3/07; RE nº 199.293/SP, Relator o Ministro **Marco Aurélio**, Tribunal Pleno, DJ de 6/8/04; ADI nº 243/RN-MC, Relator o Ministro **Maurício Corrêa**, Tribunal Pleno, DJ de 24/8/01; RE nº 167635/PA, Relator o Ministro **Maurício Corrêa**, Segunda Turma, DJ de 7/2/97.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR WILLIAN AFONSO PESSOA

3. Com exceção do inciso III (que faz referência a servidores submetidos a concurso público), os demais incisos do art. 7º da Lei Complementar nº 100, de 2007, do Estado de Minas Gerais tornaram titulares de cargo efetivo servidores que ingressaram na Administração Pública com evidente burla ao princípio do concurso público (art. 37, II, CF/88).

4. Modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, nos termos do art. 27 da Lei nº 9.868/99, para, i) em relação aos cargos para os quais não haja concurso público em andamento ou com prazo de validade em curso, dar efeitos prospectivos à decisão, de modo a somente produzir efeitos a partir de doze meses, contados da data da publicação da ata de julgamento, tempo hábil para a realização de concurso público, a nomeação e a posse de novos servidores, evitando-se, assim, prejuízo à prestação de serviços públicos essenciais à população; ii) quanto aos cargos para os quais exista concurso em andamento ou dentro do prazo de validade, a decisão deve surtir efeitos imediatamente. Ficam, ainda, ressalvados dos efeitos da decisão (a) aqueles que já estejam aposentados e aqueles servidores que, até a data de publicação da ata deste julgamento, tenham preenchido os requisitos para a aposentadoria, exclusivamente para efeitos de aposentadoria, o que não implica efetivação nos cargos ou convalidação da lei inconstitucional para esses servidores, uma vez que a sua permanência no cargo deve, necessariamente, observar os prazos de modulação acima; (b) os que foram nomeados em virtude de aprovação em concurso público, imprescindivelmente, no cargo para o qual foram aprovados; e (c) a estabilidade adquirida pelos servidores que cumpriram os requisitos previstos no art. 19 do ADCT da Constituição Federal.

5. Ação direta julgada parcialmente procedente³.
(Sublinhou-se)

Na decisão em realce, a Suprema Corte afastou a possibilidade de lei complementar do Estado de Minas Gerais tornar **efetivos** os servidores considerados estáveis por força do art. 19 do ADCT, pois, conforme fundamentado no acórdão, a "estabilidade conferida por essa

³ STF - ADI nº 4.876-DF, pleno, Relator Ministro Dias Toffoli, julgado em 26.03.2014.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR WILLIAN AFONSO PESSOA

norma não implica a chamada efetividade, que depende de concurso público”.

A modulação dos efeitos da referida decisão, entre outras hipóteses, foi prevista para os casos de servidores já aposentados e os que, até a data de publicação da ata de julgamento do caso versado, tenham preenchido os requisitos para a aposentadoria.

Nessa mesma toada, abordando o regime de previdência aplicável aos servidores que ingressaram no serviço público sem a aprovação em concurso, destaca-se o recente posicionamento do STF ao julgar, em 03.03.2023, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 573 do Estado do Piauí (ADPF nº 573-PI), conforme se extrai da ementa seguinte:

“DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ADPF. LEI ESTADUAL. TRANSPOSIÇÃO DE REGIME CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO. INCLUSÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS NÃO CONCURSADOS E DETENTORES DE ESTABILIDADE EXCEPCIONAL NO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

I. OBJETO

1. Arguição de descumprimento de preceito fundamental contra os arts. 8º e 9º da Lei nº 4.546/1992, do Estado do Piauí, que incluíram no regime próprio de previdência social daquele ente federativo servidores públicos não admitidos por concurso público e aqueles detentores da estabilidade excepcional do art. 19 do ADCT.

[...]

III. MÉRITO

5. Consoante já decidido por esta Corte, admite-se a transposição do regime celetista para o estatutário apenas para os servidores admitidos por concurso público e para aqueles que se enquadrem na estabilidade excepcional do art. 19 do ADCT. A criação do regime jurídico único previsto na



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR WILLIAN AFONSO PESSOA

redação original do art. 39 da CF não prescinde da observância à regra do concurso público.

6. A jurisprudência do STF é no sentido de que os beneficiados pela estabilidade excepcional prevista no art. 19 do ADCT não são detentores das vantagens privativas dos servidores ocupantes de cargo efetivo, o que afasta a possibilidade de participação no regime próprio de previdência social. A partir da EC n° 20/1998, o regime próprio é exclusivo para os detentores de cargo efetivo, os quais foram aprovados em concurso público. Precedentes.

IV. CONCLUSÃO

7. Interpretação conforme a Constituição do art. 9° da Lei Estadual n° 4.546/1992, de modo a excluir do regime próprio de previdência social todos os servidores públicos não detentores de cargo efetivo, ou seja, aqueles servidores públicos admitidos sem concurso público, inclusive aqueles abrangidos pelo art. 19 do ADCT. Inconstitucionalidade, por arrastamento, do art. 5°, IV, da Lei Estadual n° 4.546/1992.

8. Modulação de efeitos da decisão para ressaltar os aposentados e aqueles que tenham implementado os requisitos para aposentadoria até a data da publicação da ata de julgamento, mantidos estes no regime próprio dos servidores daquele estado.

9. Pedido julgado parcialmente procedente, com a fixação da seguinte tese: "1. É incompatível com a regra do concurso público (art. 37, II, CF) a transformação de servidores celetistas não concursados em estatutários, com exceção daqueles detentores da estabilidade excepcional (art. 19 do ADCT); 2. São admitidos no regime próprio de previdência social exclusivamente os servidores públicos civis detentores de cargo efetivo (art. 40, CF, na redação dada pela EC n° 20/98), o que exclui os estáveis na forma do art. 19 do ADCT e demais servidores admitidos sem concurso público"⁴." (grifou-se)

Nota-se que no julgamento da ADPF N° 573-PI o Supremo Tribunal Federal, concedendo interpretação conforme a Constituição ao art. 9° da Lei Estadual n°

⁴ STF - ADPF n° 573-PI, Pleno, Relator Ministro Roberto Barros, julgado em 06.03.2023.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR WILLIAN AFONSO PESSOA

4.546/1992, excluiu do RPPS todos os servidores do Estado do Piauí não detentores de cargo efetivo, inclusive os abrangidos pelo art. 19 do ADCT, modulando, contudo, os efeitos da decisão para ressalvar os aposentados e aqueles que, até a data da publicação da ata de julgamento, tenham implementado os requisitos para aposentadoria.

Importa destacar que, após a apresentação de Embargos de Declaração em face do acórdão proferido na ADPF N° 573-PI, o STF conferiu efeitos prospectivos ao julgado, conforme consta na decisão a seguir exposta:

“A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Virtual, por unanimidade de votos, em (i) não conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí - ASALPI e pelo Sindicato dos Servidores Fazendários do Estado do Piauí - SINDIFAZ; (ii) conhecer e rejeitar os embargos de declaração opostos pelo Governador do Estado do Piauí; e (iii) conhecer e acolher parcialmente os embargos de declaração opostos pela Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, **para conferir efeitos prospectivos ao acórdão embargado, a fim de que ele produza efeitos após 12 (doze) meses, contados da data da publicação da ata de julgamento dos presentes embargos, sendo alcançados pela modulação os servidores que já estejam aposentados e aqueles que, até o final do prazo ora concedido, tenham preenchido os requisitos para a aposentadoria, tudo nos termos do voto do Relator.**⁵ (grifou-se)

Posto isso, o acórdão prolatado, alfim, teve seus efeitos postergados para 12 (doze) meses contados da data da publicação da ata de julgamento dos embargos interpostos, *“sendo alcançados pela modulação os servidores que já estejam aposentados e aqueles que, até o final do*

⁵ STF - ADPF 573 ED / PI, Pleno, Relator Ministro Luís Roberto Barroso, julgado em 12.04.2023.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR WILLIAN AFONSO PESSOA

prazo ora concedido, tenham preenchido os requisitos para a aposentadoria”.

Avançando, tem-se que o STF, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1426306 do Estado do Tocantins (RE nº 1426306/TO)⁶, ocorrido em 12.06.2023, em sede de **repercussão geral**, divulgou o Tema 1254, *in verbis*:

“Tema 1254 - Regime previdenciário aplicável aos servidores estabilizados pelo art. 19 do ADCT não efetivados por concurso público, se o regime próprio de previdência do Estado a que vinculado o servidor ou se o regime geral de previdência social.

Tese:

Somente os servidores públicos civis detentores de cargo efetivo (art. 40, CF, na redação dada pela EC 20/98) são vinculados ao regime próprio de previdência social, a excluir os estáveis nos termos do art. 19 do ADCT e os demais servidores admitidos sem concurso público.

RE nº 1426306/TO:

Ementa Direito previdenciário. Apelo extremo do INSS. Ausência de preliminar fundamentada de repercussão geral. Não conhecimento. Servidora pública aposentada. Estabilidade excepcional do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Equiparação a servidor ocupante de cargo efetivo. Impossibilidade. Vinculação ao Regime Geral de Previdência Social. Precedentes. Manifestação pela existência de repercussão geral com reafirmação de jurisprudência. Decisão recorrida em dissonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Relevância da questão constitucional. Recurso Extraordinário do IGEPREV/TO a que se dá provimento.

1. Não houve, no recurso extraordinário interposto de acórdão cuja publicação deu-se após a Emenda Regimental nº 21, de 30.4.2007, demonstração da existência de repercussão geral. Inobservância do art. 1.035, §§ 1º e 2º, do CPC. O preenchimento desse requisito demanda a efetiva demonstração, no caso concreto, da existência de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos do processo (art. 1.035, §§ 1º e 2º, do CPC). A

⁶ STF - RE nº 1426306 RG/TO, Pleno, Relatora Ministra Rosa Weber, julgado em 12.06.2023.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR WILLIAN AFONSO PESSOA

jurisprudência desta Suprema Corte é firme no sentido de que ausência da preliminar acarreta a inadmissibilidade do recurso extraordinário, mesmo nos casos de repercussão geral presumida ou reconhecida em outro processo.

2. A jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal consolidou-se no sentido de que os beneficiados pela estabilidade excepcional prevista no art. 19 do ADCT não são detentores das vantagens privativas dos servidores ocupantes de cargo efetivo, o que afasta a possibilidade de participação no regime próprio de previdência social, exclusivo dos titulares de cargos efetivos aprovados em concurso público. 3. Recurso extraordinário manejado pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS não conhecido. Apelo extremo do IGEPREV/TO provido, para julgar improcedentes os pedidos deduzidos na inicial. Invertidos os ônus da sucumbência, observada eventual concessão dos benefícios da gratuidade da justiça. 4. **Fixada a seguinte tese: Somente os servidores públicos civis detentores de cargo efetivo (art. 40, CF, na redação dada pela EC 20/98) são vinculados ao regime próprio de previdência social, a excluir os estáveis nos termos do art. 19 do ADCT e os demais servidores admitidos sem concurso público.**

(grifou-se)

Salienta-se que foram apresentados Embargos de Declaração, ainda pendentes de julgamento, em face do acórdão proferido no RE nº 1426306 RG/TO, visando, entre outros pedidos, a modulação dos efeitos da decisão.

Pois bem, diante do posicionamento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, mormente nos termos do Tema 1254, é possível asseverar **que os servidores admitidos sem concurso público e os estáveis abrangidos pelo art. 19 do ADCT não são considerados efetivos e por essa razão não fazem jus aos benefícios inerentes a estes, do que se extrai a impossibilidade de vinculação ao RPPS.**

Nada obstante, necessário se faz assentar, de antemão, a tendência, manifestada nas decisões do Pretório Excelso, de modular os efeitos de seus julgados em



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR WILLIAN AFONSO PESSOA

relação àqueles que já tenham cumprido ou que estejam próximos de cumprir todos os requisitos normativos imprescindíveis para aposentação.

III – Da situação de servidores públicos do Estado de Rondônia e da jurisprudência dessa Corte de Contas

A problemática correlacionada ao regime previdenciário dos servidores que ingressaram no serviço público sem a aprovação em concurso também é encontrada no âmbito do Estado de Rondônia.

Sobre o ponto, o Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia, nos termos obtemperados no Parecer n° 0165/2022-GPGMPC⁷, averbou o entendimento de que **"considerando o largo decurso do tempo e em favor da segurança jurídica, boa-fé e proteção da confiança legítima, consideram-se legítimos os efeitos da transposição de regime dos servidores admitidos pela Administração Pública sem concurso público à época da vigência da Carta Constitucional de 1967, conforme os Pareceres n. 278/14 (Proc. 3850/97); n. 475/06 (Proc. 4815/98); n. 309/05 (Proc. 2890/02); n. 140/04 (Proc. 2743/98); e n. 215/04 (Proc. 1688/95), que resultaram, respectivamente, nas Decisões n. 76/15; 513/07; 421/08; 415/08 e 08/05 (todas da 2ª Câmara), além do já referido Parecer n. 199/19-GPAMM (Proc. 00050/19)[...]"**.

Nesse mesmo diapasão, no julgamento do Processo n° 1562/2022/TCE-RO (Pedido de Reexame), o Conselheiro Relator, na fundamentação de seu voto, aduziu

⁷ Processo n° 1562/2022/TCE-RO.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR WILLIAN AFONSO PESSOA

que “em casos semelhantes ao presente, envolvendo a aposentadoria de servidores ingressados no serviço público antes da Constituição Federal de 1988, demitidos pelos Decretos n°s 8.954/2000, 8.955/2000 e 9.044/2000 e reintegrados posteriormente, este Tribunal tem considerado aptas e registrado os atos das respectivas aposentadorias, como se pode verificar a partir dos seguintes julgados, dentre outros: AC1-TC 01685/18 (Processo n° 03668/17); AC1-TC 00502/20 (Processo n° 00432/19); AC1-TC 00739/19 (Processo n° 00050/19); Acórdão AC1-TC 01678/16 (Processo n° 00413/14); Acórdão AC1-TC 01742/16 (Processo n° 04920/12); Acórdão AC1-TC 01769/16 (Processo 02880/12) e o Acórdão AC1-TC 01938/16 (Processo n° 01481/12)”.

Verifica-se, portanto, que essa Corte de Contas possui jurisprudência, pacificada há mais de década e lastreada nos princípios da segurança jurídica, da boa-fé e da proteção à confiança, pela viabilidade de vinculação e, conseqüentemente, de aposentação pelo RPPS, dos servidores “admitidos pela Administração Pública sem concurso público à época da vigência da Carta Constitucional de 1967”.

IV - Da contraposição entre o entendimento dessa Corte de Contas e as recentes decisões do STF

No que pese o entendimento sedimentado nessa Corte de Contas acerca da possibilidade de vinculação ao RPPS de servidores públicos que ingressaram na Administração Pública, antes de CF/88, sem a aprovação em concurso, não se pode desconsiderar que o STF, em decisões



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR WILLIAN AFONSO PESSOA

recentes, tem se manifestado em sentido diametralmente oposto.

Sem embargo, tem-se que, no julgamento da ADI n° 4.876-DF⁸ e da ADPF n° 573-PI⁹, a Suprema Corte modulou os efeitos dos Acórdãos proferidos para ressaltar a situação dos servidores que já estejam aposentados ou que, até a data de publicação de cada julgado, tenham preenchido os requisitos para a inativação.

Demais disso, do Acórdão que fixou a tese consubstanciada no Tema 1254 (RE n° 1426306/TO) foram interpostos Embargos de Declaração visando, dentre outros pedidos, a modulação dos efeitos da decisão.

Apesar de o recurso ainda estar pendente de julgamento, do histórico jurisprudencial do STF acerca do tema pressupõe-se a tendência de provimento, também nesse caso, dos embargos apresentados.

Diante de todo esse contexto, levando-se em conta os princípios da segurança jurídica, da razoabilidade, da dignidade da pessoa humana, da estabilidade financeira, da proteção à confiança e da boa-fé objetiva, os quais são reconhecidos e aplicados no

⁸ “Ficam, ainda, ressaltados dos efeitos da decisão (a) aqueles que já estejam aposentados e aqueles servidores que, até a data de publicação da ata deste julgamento, tenham preenchido os requisitos para a aposentadoria, exclusivamente para efeitos de aposentadoria, o que não implica efetivação nos cargos ou convalidação da lei inconstitucional para esses servidores, uma vez que a sua permanência no cargo deve, necessariamente, observar os prazos de modulação acima;” [...]

⁹ “Modulação de efeitos da decisão para ressaltar os aposentados e aqueles que tenham implementado os requisitos para aposentadoria até a data da publicação da ata de julgamento, mantidos estes no regime próprio dos servidores daquele estado.”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR WILLIAN AFONSO PESSOA

âmbito dessa Corte de Contas¹⁰ em situações congêneres, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do assunto, entendo que, no caso concreto em tela, é possível a aposentação do servidor, que foi admitido pela Administração Pública sem concurso público à época da vigência da Carta Constitucional de 1967, pelo RPPS, desde que cumpridos os requisitos exigidos constitucionalmente antes da publicação do Tema 1254.

V – Dos requisitos para aposentadoria

A aposentadoria em exame foi publicada em **22.12.2017**, momento **anterior** ao julgamento que sedimentou o Tema 1254, ocorrido em **12.06.2023**. Assim, nos moldes expostos no tópico anterior, reputo viável a inativação pelo RPPS, na forma concedida pelo TJ/RO e ratificada pelo IPERON.

Avançando, infere-se que o ato concessório de aposentadoria se materializou em momento anterior a entrada em vigor a Emenda Constitucional n° 103, de **12.11.2019** (EC n° 103/2019), que reformou o sistema de previdência social e fixou regras de transição e disposições transitórias.

Por conseguinte, levando-se em consideração o *brocardo tempus regit actum*, cabível a utilização, na situação em tela, do art. 3° da EC 47/05¹¹, que exige, **para**

¹⁰ Decisões: AC1-TC 01685/18 (Processo n° 03668/17); AC1-TC 00502/20 (Processo n° 00432/19); AC1-TC 00739/19 (Processo n° 00050/19); Acórdão AC1-TC 01678/16 (Processo n° 00413/14); Acórdão AC1-TC 01742/16 (Processo n° 04920/12); Acórdão AC1-TC 01769/16 (Processo 02880/12) e o Acórdão AC1-TC 01938/16 (Processo n° 01481/12).

¹¹ Art. 3° Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR WILLIAN AFONSO PESSOA

aposentação de homens, o cumprimento dos seguintes requisitos:

- i) Ingresso no serviço público até 16.12.1998;
- ii) Tempo mínimo de 35 (trinta e cinco) anos de contribuição;
- iii) mínimo de 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público;
- iv) ao menos 15 (quinze) anos de carreira, e;
- v) mínimo de 05 (cinco) anos no cargo em que se deu a aposentadoria.

In casu, o servidor aposentado ingressou no Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ/RO) em **14.07.1987** (pág. 14/15 do ID 1415003) e contava, quando da inativação, com **38 anos e 3 meses de tempo de contribuição, 31 anos, 1 mês e 29 dias de efetivo exercício no serviço público e 30**

estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR WILLIAN AFONSO PESSOA

anos, 5 meses e 15 dias de carreira e no cargo que ocorreu a inativação (pág. 106 do ID 1419799).

Além dos pressupostos supracitados, tem-se que o art. 3º, III, da EC 47/2005 exige, **para homens, a idade mínima** de 60 (sessenta) anos, com a possibilidade de redução de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder o mínimo necessário.

Tendo-se em vista que o beneficiário contava com **61 (sessenta e um) anos**¹² quando da aposentação, afere-se o cumprimento também da idade mínima exigida constitucionalmente.

Nesses moldes, depreende-se que o inativo atendeu integralmente as exigências previstas na regra de transição.

Avançando, infere-se estar correta a fundamentação legal aplicada à aposentação e a percepção integral de proventos¹³, calculados com base na totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu a inatividade, com direito à paridade.

VI – Conclusão

Ante o exposto, o Ministério Público de Contas **opina pela legalidade e pelo registro do ato**

¹² Nascimento 08.02.1956, conforme consta da Certidão do INSS de pág. 17/18 do ID 1415003;

¹³ Registre-se que o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia não tem procedido ao exame das parcelas que compõem os proventos, conforme disposto no item "1.1.a" da Ata da Reunião de Trabalho realizada em 10.02.06, em que se consignou a postergação de tal análise para futuras auditorias e/ou inspeções em folha de pagamento.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR WILLIAN AFONSO PESSOA

concessório de aposentadoria em apreço, nos termos do art. 37, inciso II, da Lei Complementar nº 154/1996 e do art. 54, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

É o parecer.

Porto Velho-RO, 05 de dezembro de 2023.

WILLIAN AFONSO PESSOA

Procurador do Ministério Público de Contas

Em 5 de Dezembro de 2023



WILLIAN AFONSO PESSOA
PROCURADOR